Quem ameaça quem?

Mais mísseis nucleares — mais segurança?

Negociações sinceras ou chantagem?

Como criar a Paz?

Perguntas e respostas
sobre problemas do nosso tempo

Quem ameaça quem?

Mais mísseis nucleares – mais segurança?

Negociações sinceras ou chantagem?

Como criar a Paz?

Perguntas e respostas
sobre problemas do nosso tempo

Publicado pelo Conselho da Paz
da República Democrática Alemã

Panorama RDA – Agência de Imprensa para o Estrangeiro, SARL
RDA - 1054 Berlin, Wilhelm-Pieck-Strasse 49
Tradução Intertext
Editora Zeit im Bild
RDA - 8012 Dresden, Julian-Grimau-Allee
Printed in the German Democratic Republic
by Graphischer Grossbetrieb Völkerfreundschaft Dresden
2260 - 11

1. Quem tem culpa da enorme agudização da situação internacional?

Deixemos que os factos falem por si:
Desde 1969 que vêm a ser realizadas entre a União Soviética e os EUA negociações sobre armas estratégicas (SALT) e a ser concluídos acordos correspondentes (1972, 1979) que também foram considerados pelos EUA adequados aos seus interesses. O acordo SALT II, assinado em Junho de 1979 em Viena por Brejnev e Carter, não foi, porém, ratificado pelos EUA e veio a ser totalmente rejeitado pela Administração Reagan.

Assim ficou bloqueado o caminho conducente a novas e já acordadas negociações sobre as restrições quantitativas e qualitativas das armas nucleares estratégicas (SALT III) – designadamente também dos vectores nucleares de médio alcance na Europa.

Ao programa adoptado na 1.ª Sessão Extraordinária da ONU dedicada ao Desarmamento, em 1978, os Estados da NATO responderam de imediato com o programa de armamento a longo prazo aprovado em 1978. É directa a via que, partindo deste programa, conduz aos planos de instalação de novos mísseis na Europa Ocidental, à retomada da produção em grande escala da bomba de neutrões, ao desenvolvimento de novas armas químicas, à decisão de Reagan sobre a instalação dos mísseis «MX».

Mais: todas as pessoas interessadas no afastamento do perigo de guerra, no fim da corrida aos armamentos e no desarmamento, na redução da confrontação e no termo da guerra fria, depositaram justificadas esperanças no prosseguimento do processo de desanuviamento introduzido nos anos 70 no domínio militar, na Europa, bem como na sua extensão a outras regiões do mundo.

Diversos convénios, o diálogo político, um florescimento da cooperação, particularmente no domínio económico, fizeram avançar o processo iniciado com

a Conferência e a Acta Final de Helsínquia, em benefício de todos os Estados e povos europeus.

Todavia, já a Administração Carter — e isso sente-se hoje muito mais com a Administração Reagan — aspirava a transformar os encontros subsequentes da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa em tribunas de «troca de golpes», no estilo da guerra fria, e a sustentar, em vez do diálogo político, uma guerra psicológica bombástica contra os países socialistas. Washington não está interessado em atenuar a confrontação, e em alargar a cooperação entre o Leste e o Oeste, com base nos princípios de Helsínquia, mas sim em atiçar as tensões, em intrometer-se nos assuntos internos doutros Estados. Pretende-se desestabilizar as bases de segurança que garantiram aos povos europeus um período sem guerra ao longo de praticamente quatro décadas.

Com esta atitude, os EUA têm impedido até aqui a elaboração dum documento final rico de conteúdo e bem ponderado, como resultado do Encontro de Madrid, assente no projecto apresentado pelos países neutros e não-alinhados. Impedem, com isso, uma resolução relacionada com a convocação duma conferência sobre medidas que visem criar confiança e segurança e conduzir ao desarmamento na Europa, conferência proposta pelos Estados do Pacto de Varsóvia.

Com Carter agitando o «slogan» ambíguo da «defesa dos direitos humanos», com Reagan agitando o «slogan» duma «democratização dos países comunistas», a ingerência nos assuntos internos de Estados soberanos e a campanha subversiva contra os Estados socialistas e outros Estados e Governos progressistas, são elevadas oficialmente a doutrina de política externa dos EUA.

A despeito da ensinadela dada à Administração Reagan na sabotagem do negócio do gasoduto entre firmas da Europa Ocidental e a URSS, prossegue aquela com as suas medidas de sabotagem e restrição do comércio com os países socialistas, aumentando a pressão no sentido de obrigar governos doutros países capitalistas a uma estratégia conjunta de guerra económica contra o socialismo. Assim se aplicaria um golpe mortal às bases materiais do processo de Helsínquia e se acabaria com a «ilha de desanuviamento» que é a Europa.

Mais ainda: em 1973, a União Soviética e os EUA concluíram um acordo de prevenção duma guerra nuclear, em que ambas as partes se comprometiam a prevenir situações que pudessem dar lugar a um agravamento perigoso das suas relações. Este acordo visava excluir uma guerra nuclear entre estes e terceiros Estados.

Finalmente, será que se poder dizer que o comportamento dos EUA no conflito do Médio Oriente está dentro da letra e do espírito do tratado de 1973? Enquanto na época de Carter, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Vance, manifestava interesse numa regularização política do conflito do Médio Oriente, com a participação de todas as partes interessadas, no período que se seguiu, Washington voltou-se para a diplomacia unilateral de Camp David que teve continuidade com Reagan na forma de aliança estratégica com os círculos belicistas de Israel. Uma consequência desta evolução foi a agressão sangrenta de Israel contra o Líbano e o povo palestiniano — o massacre de Beirute — tolerada e incentivada pelos EUA.

Ou enquadrar-se-ão porventura no tratado de 1973 a política de ameaças e de intervenção militar dos EUA na região das Caraíbas, o seu comportamento no conflito das Malvinas, a sua pretensão de manter e atear os conflitos no Sul e no Corno de África e no Sudoeste Asiático, ou ainda a constituição das chamadas tropas de intervenção dos EUA?

Erich Honecker, secretário-geral do Comité Central do PSUA e Presidente do Conselho de Estado da RDA, referiu-se a esse assunto em Junho de 1982 com as seguintes palavras: «Os focos de conflito multiplicam-se. Se não se mantiver o controle sobre eles, ou seja,

se não forem extintos por via de negociações, existe o perigo de se propagarem como o fogo na palha, embora gente casmurra continue a acreditar que «eles» podem sobreviver recorrendo à estratégia do primeiro golpe nuclear . . . Face aos exemplos assustadores da forma como hoje se faz guerra, como os povos por assim dizer podem ser surpreendidos de noite, dum dia para o outro pelo terror, a desgraça e o sofrimento da guerra, é urgente colocar um sinal de stop. A política de confrontação tem de ser detida.»

De facto, o perigo para a paz mundial, o perigo dum resvalar da humanidade para um holocausto nuclear, desde a Segunda Guerra Mundial que não se reveste de tamanha gravidade. Serão usados e, se necessário, inventados todo o tipo de subterfúgios para lançar sobre os ombros da União Soviética e dos países socialistas a responsabilidade da situação actual.

Os factos expostos, aos quais se poderiam acrescentar muitos outros, mostram, no entanto, que não foi a União Soviética nem os seus aliados que abandonaram, nos anos 70, a via de Helsínquia conducente à retracção da corrida armamentista, ao atenuamento da confrontação política e militar. Quem quiser saber onde está a culpa da agudização da situação mundial, encontrá-la-á naquelas forças influentes do capital monopolista, em especial nos EUA, que passaram da política de desanuviamento — que seguiram durante algum tempo só por força das circunstâncias e de contra vontade — à via da confrontação e da escalada armamentista. Isto passou-se numa altura em que não havia ainda nem ajuda soviética ao Afeganistão, nem estado de emergência militar na Polónia.

2. Quem promove a paz e quem ameaça a paz?

Quem analisar os factos sem preconceitos, não precisa de ser amigo do socialismo para ver que a conduta da União Soviética e dos seus aliados em relação ao perigo duma guerra nuclear, à necessidade de desarmamento, às normas de comportamento dos Estados e coligações militares de ambos os sistemas entre si, é diametralmente oposta à posição do actual governo americano e de outras forças na NATO.

Na presente situação complexa e tensa, é necessária mais do que nunca uma política guiada pelo bom-senso, o realismo e o respeito dos legítimos interesses da outra parte. É neste contexto que a política da União Soviética e dos Estados da comunidade socialista é considerada por numerosas forças políticas e sociais do mundo não-socialista como previsível. Mas é cada vez maior o número de pessoas que se mostram preocupadas com o rumo aventureirista tomado pelo militarismo e o chauvinismo dos actuais círculos dirigentes dos EUA.

No plenário de Novembre do Comité Central do PCUS, o secretário-geral Iuri Andropov declarou: «O falecimento de Leonid Ilitch Brejnev desencadeou no estrangeiro muitas conjecturas quanto ao rumo futuro do PCUS e do Estado soviético nos assuntos internacionais. Basta pensar na quantidade de tentativas dos últimos anos para imputar à União Soviética todas as possíveis e imagináveis más intenções, para apresentar a nossa política como sendo agressiva e ameaçadora da segurança deste ou daquele Estado. E agora, como se vê, é por sua causa que esta política não se modifica. Consideramos a sua manutenção um pressuposto importante para a paz e a serenidade na arena internacional.»

Como exprimiu Leonid Brejnev na carta que dirigiu à 2.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Geral da ONU para o desarmamento, «estamos convencidos de que nenhum tipo de divergências entre Estados e grupos de Estados, nenhum tipo de diferenças de sistema social, de forma de vida ou de ideologia . . . poderão ensombrar a necessidade comum a todos os povos de salvaguardar a paz e evitar uma guerra nuclear.»

Estadistas, políticos e personalidades de renome no

mundo inteiro, manifestaram o seu elevado apreço pelo compromisso unilateral da União Soviética de renunciar ao primeiro emprego de armas nucleares, considerando-o uma prova do verdadeiro amor pela paz e um passo importante para afastar o perigo duma guerra nuclear. Pronunciaram-se, assim a este respeito entre muitos outros: Javier Pérez de Cuellar, secretário-geral da ONU; Oluyemi Adeniji, presidente do Comité Global da 2.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Geral da ONU sobre Desarmamento; Olof Palme, presidente do Partido Social-Democrata e Primeiro-Ministro da Suécia; Egon Bahr, membro do presidium do SPD; Bruce Kent, secretário-geral da «Campanha pelo desarmamento nuclear» da Grã-Bretanha; Einar Förde, vice-presidente do Partido Norueguês do Trabalho; Gene Larocque, contra-almirante americano na reserva; Melba Hernandez, secretário-geral da Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, da África e da América Latina.

A Comissão Política Principal da 37.ª Assembleia Geral da ONU manifestou-se, por grande maioria, contra as doutrinas de guerra nuclear «limitada» e «prolongada». Quase 100 Estados votaram a favor da Resolução elaborada e apresentada conjuntamente pela URSS e a RDA. Votaram contra 18 Estados, entre os quais os EUA, a RFA e outros Estados da NATO.

A URSS tem acentuado sempre que é uma loucura perigosa considerar viável o emprego de armas nucleares, mesmo que para «fins limitados». Por isso, tomou a iniciativa de estigmatizar a guerra com armas nucleares, designando-a pelo crime mais grave de lesa-humanidade. Agora a União Soviética declarou unilateralmente o seu compromisso de não recorrer em primeiro lugar a armas nucleares. Este compromisso refere-se sem excepção a todos os Estados do mundo, tem um carácter universal.

Trata-se dum verdadeiro passo histórico na luta pela prevenção duma guerra nuclear, pela proscrição das armas nucleares, pela suspensão da sua produção e

redução gradual até à completa extinção. Se as outras potências nucleares assumissem um tão claro compromisso, isso equivaleria na prática à proibição absoluta do emprego de armas nucleares.

Contudo, para os círculos dirigentes dos EUA, há, segundo as palavras do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros Haig, «algo de mais importante do que conservar a paz». O Presidente dos EUA afirmou que, segundo o seu ponto de vista, a União Soviética e os EUA se encontram em estado de guerra. Anunciou uma cruzada contra os países socialistas e todos os Estados e regimes progressistas de todo o mundo, que não sejam do agrado dos EUA.

Ronald Reagan, Presidente dos EUA: «Eu creio desde há muito que existe um plano divino que concedeu este país a um povo com uma vocação especial.»

(Revista «Der Spiegel», Hamburgo n.º 4/1981)

Caspar Weinberger, Ministro da Defesa dos EUA: «Jamais desde a época do governo de Eisenhower, uma administração propôs um programa estratégico de tão grande amplitude e dimensões. Cremos ter aproveitado a oportunidade única de forjar um poder estratégico, correspondendo aos objectivos da nossa estratégia e servindo de instrumento coerente para a política nacional.»

(«Wireless Bulletin from Washington» de 6. 10. 1981)

George Bush, Vice-Presidente dos EUA: «Tem de se possuir uma capacidade em armas que possa provocar mais danos à parte contrária do que aqueles que se podem sofrer – é esta exactamente a via em que haverá um vencedor numa guerra nuclear.»

(Revista «Stern» Hamburgo, n.º 43/1981)

À luz destas e de muitas outras declarações semelhantes, torna-se visível toda a perigosidade das doutrinas desenvolvidas pelo Pentágono duma guerra nuclear «limitada», duma guerra «prolongada», dum «primeiro golpe nuclear» e duma «detonação nuclear de aviso».

Ronald Reagan, Presidente dos EUA: Seria concebível «limitar espacialmente à Europa uma troca de golpes nucleares entre os EUA e a União Soviética.»

(«Frankfurter Rundschau» RFA de 12. 10. 1981)

Mas não se ficam pelas palavras. Neste momento, os EUA já estão a propagar e a praticar a guerra económica contra Estados socialistas. Estão a desenvolver uma guerra ideológica de dimensões inéditas, dispendendo para esse fim verbas adicionais de milhares de milhões.

Estão a trabalhar na criação da chamada capacidade do primeiro golpe. Nestes esforços enquadram-se os planos de instalação de novos mísseis nucleares americanos na Europa Ocidental. Além disso, exercem reforçada pressão sobre os seus parceiros da NATO, procurando levá-los a gastar verbas sempre crescentes com armamento convencional a fim de criarem condições tendentes a viabilizar uma guerra convencional contra os países socialistas — de certa forma como fase preliminar da «decapitação nuclear» do sistema militar dirigente do Pacto de Varsóvia.

Nesses esforços enquadram-se nomeadamente, os acordos com a RFA e outros Estados europeus ocidentais da NATO, no sentido duma mais rápida ampliação dos contingentes de tropas dos EUA, do armazenamento do armamento previsto para esse efeito e da criação dos pressupostos logísticos.

Robert McNamara, Ministro da Defesa dos EUA de 1961 a 1968 antigo Presidente do Banco Mundial: «No momento não há perigo maior no mundo do que o duma guerra nuclear. Mais tarde ou mais cedo a intimidação fracassará, e se mantivermos, num tal caso, a nossa política de primeiro emprego de armas nucleares, a civilização ocidental será presumivelmente destruída.»

(Revista «Stern» Hamburgo, n.º 17/1982)

Charles Peroy, senador dos EUA: «Os americanos estão inquietos e, na realidade, em sobressalto face à possibilidade duma guerra nuclear. Domina a preocupação quanto às declarações brutais de que se poderia sobreviver a uma guerra nuclear ou ganhá-la. Domina a preocupação quanto ao plano de acrescentar às nossas reservas, nos próximos 10 anos, mais 17.000 ogivas nucleares.»

(Discurso perante o Congresso dos EUA)

Os Estados membros do Pacto de Varsóvia responderam às sugestões da 1.ª Sessão Especial da ONU para o desarmamento, na Declaração da Comissão Política Consultiva da Organização do Pacto de Varsóvia, de Novembro de 1978, com a declaração: «Não há um tipo de arma a cuja limitação ou redução os Estados socialistas representados na Sessão não estivessem dispostos, com base no severo respeito do princípio de igual segurança de todos os países. Estão dispostos a analisar também com o maior cuidado propostas doutros Estados acerca de questões do desanuviamento militar e desarmamento.»

Nessa conformidade, a União Soviética e os seus aliados desenvolveram programas vastos, amplamente divididos e realistas, para a suspensão da corrida aos armamentos e a diminuição do armamento de carácter nuclear e convencional. Actualmente, os organismos internacionais de desarmamento têm em seu poder mais de 25 propostas dos Estados socialistas.

Quanto às propostas dos países socialistas, ou são totalmente silenciadas por Washington ou propositadamente deformadas e, praticamente sem excepção, indeferidas, sem merecerem sequer uma análise séria.

Deveria recordar-se que foram e são a URSS e os seus aliados que apresentaram as propostas para o desarmamento geral e completo, para a dissolução dos blocos militares, e para um sistema de segurança colectiva na Europa e na Ásia, para zonas de paz noutros continentes e no Oceano índico. Foi a URSS que reduziu unilateralmente a capacidade das suas tropas na Europa Ocidental, na medida em que, ao longo de

1980, retirou do território da RDA 20.000 soldados e 1.000 tanques. Efectivamente, estamos perante duas formas de comportamento na política mundial totalmente opostas: a União Soviética e os seus aliados no Pacto de Varsóvia tomam constantemente iniciativas em relação a praticamente todas as questões da redução do perigo de guerra, da limitação e da diminuição dos armamentos, apresentando propostas e ofertas e até adiantando o seu exemplo para mostrar a sua boa-vontade, no sentido de criar confiança e fomentar resultados nas negociações.

Os EUA e alguns dos seus parceiros da NATO empregam, ao contrário, toda a sua energia, para aumentar o seu armamento nuclear e convencional, fazer subir em flecha as suas despesas armamentistas, bloquear e suspender negociações. Enquanto os EUA gastaram de 1946 a 1980 dois biliões de dólares em fins militares, estão já planeados só para os próximos seis anos, 1,9 biliões.

Não passa uma semana sem que sejam, conhecidos novos factos que confirman a análise de Leonid Brejnev na sua última alocução, perante os quadros dirigentes do Exército Soviético e a Frota de Guerra: «Os círculos dominantes dos Estados Unidos da América desencadearam uma ofensiva política, ideológica e económica contra o socialismo e elevaram a intensidade dos seus preparativos de guerra a um estádio nunca antes verificado.»

3. O que é que afinal a União Soviética e os seus aliados propõem e como reagem os EUA e a NATO?

Entre as mais importantes iniciativas dos países socialistas, contam-se as seguintes:

- Conclusão duma convenção para a proibição do desenvolvimento e da produção de todos os tipos de novas armas de extermínio em massa (proposta de 1975);

- conclusão duma convenção sobre a proibição da arma de neutrões (proposta da União Soviética aos EUA, em 1977, de mútua renúncia à produção da arma de neutrões; projecto de Convenção apresentado em 1978 pelos países socialistas;
- suspensão simultânea da produção de armas nucleares. Redução gradual das existências presentes por parte de todos os Estados até à sua eliminação (1977);
- proibição de todos os ensaios com armas nucleares;
- negociações construtivas para a redução das armas estratégicas, utilizando os resultados positivos das anteriores negociações soviético-americanas (após a rejeição pela Administração de Reagan do Acordo SALT II);
- congelamento do desenvolvimento quantitativo e limitação máxima da modernização dos potenciais estratégicos, na altura do início das negociações. «Um tal congelamento que só por si seria importante, facilitaria também avanços no sentido de uma limitação e redução radicais dos armamentos estratégicos.»

  (L. I. Brejnev no XIX. Congresso do Komsomol em 18 de Maio de 1982)

A União Soviética propôs, no decorrer do XXVI Congresso do PCUS, em Fevereiro de 1981, a renúncia à criação de submarinos com o novo sistema de mísseis «Trident», ou o sistema análogo da URSS. Como os EUA não estiveram de acordo, propôs a URSS que os submarinos de ambas as partes, equipados com mísseis, deveriam deixar de patrulhar as amplas zonas actuais e serem os seus cruzeiros limitados a demarcações acordadas. Além disso, propôs debater a questão da ampliação de medidas de segurança nos mares e oceanos, especialmente às zonas com rotas marítimas mais movimentadas. A URSS pronunciou-se a favor de que, dentro em breve, uma parte tão grande quanto possível dos mares internacionais se transforme em zona de paz.

Os Estados socialistas propuseram um tratado sobre a proibição da instalação de armas de toda a espécie no espaço (projecto da URSS apresentado em 1981).

Propuseram a proibição das armas químicas e a destruição gradual das existências (projecto apresentado à Comissão de Desarmamento de Genebra).

Como responderam os EUA? Não aceitaram nenhuma destas propostas. O novo programa estratégico, adoptado em Outubro de 1981, prevê construir 100 bombardeiros B-1, instalar em aviões e submarinos 4 000 mísseis de cruzeiro com alcances de mais de 2 000 km. Em Novembro de 1981 foi posto ao serviço o primeiro submarino da classe «Ohio» com 24 mísseis «Trident», num total de 13 novos submarinos planeados. Através do desenvolvimento continuo dos mísseis «Trident», deverá ser aumentado o seu alcance de 4 500 para 11 000 km.

Foi iniciada a produção em grande escala da arma de neutrões. Em Novembro de 1982, Reagan tomou a decisão sobre a construção e instalação de 100 novos mísseis MX.

São desenvolvidas armas em satélites, armas de raios-laser, armas genéticas, psicotrónicas, de ultra-sons, aviões com uma protecção anti-radar os quais, em parte, já se encontram na fase de produção.

70 por cento dos custos da nave espacial «Space Shuttle» são cobertos pelo Pentágono.

Desde o princípio dos anos 80 que os EUA suspenderam unilateralmente as negociações sobre a proibição geral e completa dos ensaios com armas nucleares, sobre a proibição da produção e sobre a destruição das armas químicas, sobre problemas de criação de uma zona de paz no Oceano Índico, sobre a limitação de vendas e fornecimentos de armas.

Diz o antigo comandante e criador da frota de submarinos atómicos dos EUA, **almirante Hyman G. Rickover:** «Deveríamos, em primeiro lugar, convocar uma conferência internacional com o fim de banir todas as armas atómicas. Eu sei exactamente qual é o seu poder de destruição. Porque haveríamos ter, de tudo, mais do que os russos? Que diferença faz se tivermos 100 ou 200 submarinos atómicos? Com aquilo de que dispomos, podemos afundar tudo o que flutua no oceano mais do que uma vez. É isto precisamente o que os russos também podem fazer. Porquê então continuar com o rearmamento?»
(«Der Spiegel», Hamburgo, Nr. 6/82)

As potências da NATO, detentoras de armas nucleares, recusaram-se a seguir o exemplo da União Soviética e a renunciar ao primeiro emprego de armas nucleares. Utilizaram também a argumentação de que deveria ser mantida a «intimidação», a fim de dissuadir a União Soviética de um ataque com meios convencionais. Essas potências ocultam ou negam

- que a União Soviética e os seus aliados têm proposto aos Estados da NATO e a todos os Estados que participaram na Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa a conclusão de um acordo visando a mútua desistência do primeiro emprego tanto de armas nucleares como convencionais;
- que a maioria dos Estados aderiu, desde 1976, à proposta soviética de conclusão de um tratado internacional sobre a não utilização da força nas relações internacionais, proposta que os EUA e outros países da NATO rejeitaram.

Essas potências ocultam o facto de que, em Junho de 1973, ao iniciarem-se as negociações de Viena sobre a redução recíproca de forças armadas e armamentos na Europa Central, a União Soviética retirou, unilateralmente, da RDA, efectivos militares e equipamentos, enquanto os EUA, nesta mesma altura, aumentavam os seus efectivos em mais de 30.000 homens e exerciam pressão sobre os seus parceiros da NATO para continuarem a aumentar as suas forças armadas e equipamentos, como por exemplo aconteceu com o Exército Federal da RFA, que aumentou em mais de 80.000 homens.

Com respeito às negociações de Viena, os Estados socialistas apresentaram mais de 20 propostas de compromisso, que vão largamente ao encontro das objec-

ções e ideias dos parceiros ocidentais e que visam, seja por meio de amplos acordos ou gradualmente, manter o equilíbrio militar aproximado na Europa Central, com menos soldados e menos armamentos.

O projecto completo de um primeiro acordo de redução, que os países socialistas participantes apresentaram em 18 de Fevereiro de 1982, permitiu um consenso sobre o que actualmente será possível, sem violar os interesses de segurança de qualquer das partes. A conclusão de tal acordo seria possível sem mais demora, mesmo excluindo provisioriamente a discutida questão do efectivo das forças armadas do Pacto de Varsóvia na zona da redução. Este obstáculo nas negociações, tem a sua origem numa avaliação exagerada e fantasiosa do número de efectivos por parte dos representantes ocidentais nas negociações, e na exigência dirigida aos Estados socialistas no sentido de reconhecerem esses números falsos. A manutenção inamovível desta pré-condição impede os acordos.

É necessário que os Estados ocidentais tomem uma decisão política para alcançar progressos. No entanto, a parte ocidental respondeu em Julho de 1982 com um projecto de acordo que, de facto, é uma rejeição da oferta para um entendimento político, porque visa claramente à obtenção de vantagens militares unilaterais e significa mesmo um recuo relativamente a princípios acordados e propostas anteriores da parte ocidental. Isto não constitui, obviamente, um contributo para a aproximação das posições.

4. Será que a NATO precisa de «armamento supletivo»?

Para responder a esta pergunta, deve-se tomar em consideração, em primeiro lugar, o estado de coisas que a seguir se expõe e que nem sequer poderá ser negado pelos defensores da tese do «armamento supletivo» da NATO: qualquer confrontação militar entre os EUA e a União Soviética, a NATO e o Pacto de Varsóvia, se transformaria com grande verosimilhança numa guerra

nuclear em que ambos as partes se poderiam aniquilar várias vezes — e com isso toda a civilização humana. Uma guerra nuclear — bem o sabem todos, salvo os estrategas atómicos do Pentágono e as forças mais aventureiristas da NATO — não é limitável. Isso é da natureza das armas com que seria conduzida.

A essência do equilíbrio militar-estrátegico aproximado, à escala global, consiste em não ser possível criar uma capacidade de primeiro golpe para aniquilação do inimigo, sem por sua vez ser destruído. Jamais haverá superioridade militar dos EUA sobre a União Soviética, da NATO sobre o Pacto de Varsóvia.

Nenhum balanço global com jogos de números falsificadores e enganadores, nenhuma acusação de um pretenso «rearmamento antecipado» da União Soviética, de um pretenso «vazio» a favor da NATO — independentemente de disparidades existentes, de facto, em diferentes ramos e armas — podem ocultar este estado fundamental. Assim põe-se a questão de saber, como a União Soviética e os EUA, a NATO e o Pacto de Varsóvia, agem perante estes factos. O ministro da Defesa da URSS, Dimitri Ustinov, observou em 12 de Julho de 1982, no «Pravda»:

«A União Soviética rejeita por princípio a via da superioridade militar. Não aspira a tal, mas também não concede a ninguém o direito a ela. O equilíbrio militar alcançado entre os países do socialismo e o mundo do capitalismo é um factor que refreia as ambições das forças agressivas. Manter o equilíbrio militar a um nível tão baixo quanto possível no que respeita aos armamentos — eis o conteúdo da atitude construtiva da URSS sobre o desarmamento nuclear.»

O presidente dos EUA, Reagan, afirmou sem rodeios antes da sua eleição: «os republicanos comprometem-se a um aumento imediato das despesas com a defesa . . . Vamos procurar que as despesas com a defesa sejam permanentes e suficientes . . . para finalmente, alcançar a posição de superioridade militar.» («Amerika-Dienst», 23-7-1980).

Não há um rearmamento antecipado ou excessivo da União Soviética. O que há, é que o actual governo dos EUA deixou de observar o princípio da igualdade e da segurança para ambas as partes, com a ambição de querer atingir a superioridade militar sobre a União Soviética.

Durante a elaboração do SALT I, o equilíbrio aproximado em número e qualidade das armas nucleares estratégicas foi, por várias vezes, estudado por peritos altamente qualificados de ambas as partes e, no fim, confirmado no «Comunicado conjunto soviético-americano». Aí se escreve: «O novo tratado sobre a limitação das armas ofensivas estratégicas e o protocolo adjacente são uma compensação de interesses mutuamente aceitável, baseada no princípio da igualdade e da segurança igual.»

Paul Warnke, antigo responsável das negociações por parte dos EUA durante as negociações SALT II: «Se se considera o potencial global de ambas as partes, os domínios em que nós temos avanço representam mais de que uma compensação relativamente aos domínios em que os soviéticos têm avanço.»

(«Newsweek», Nova York 26. 4. 1982)

Hans A. Bethe, EUA, prémio Nobel da física: «Não faltam armas nos Estados Unidos, certamente não. Não é por aí que nós devemos recuperar o nível dos russos. Se alguém de facto deveria recuperar o nível de outrém, são os russos relativamente a nós. O nosso arsenal é verdadeiramente muito melhor, uma vez que as nossos efectivos estão melhor distribuídos.»

(International Herald Tribune, Paris 16. 4. 1982)

Os EUA mantém em 32 países 1.500 bases militares. Detêm um efectivo armado de três milhões de homens e dispõem de meios portadores para aproximadamente 10.000 armas nucleares estratégicas.

41 submarinos nucleares são portadores de mais de 50 por cento de toda a munição nuclear estratégica

dirigida contra a comunidade dos países socialistas. Estes submarinos, e os grandes porta-aviões cruzam permanentemente as costas da Europa, do Próximo e Extremo Oriente e o Oceano indico.

Afirma-se que o equilíbrio existente foi perturbado pela introdução dos mísseis soviéticos de médio alcance «SS-20». Mas este sistema de armas, igualmente como os anteriores sistemas — que a União Soviética introduziu em 1959 como contra-peso contra os mísseis americanos introduzidos em 1953, bem como os correspondentes sistemas da Grã-Bretanha e da França — não constituem um chamado «potencial de primeiro golpe» para a destruição de armas estratégicas dos EUA e não modificam a paridade estratégica entre os EUA e a União Soviética.

Um tal potencial dos EUA dirigido contra a União Soviética criar-se-ia, no entanto, com a instalação de novos portadores de ogivas nucleares dos EUA na Europa Ocidental, conforme a decisão da NATO tomada em Bruxelas. Isso resultaria numa situação estratégica militar completamente diferente à escala global e no continente europeu. Os «Pershing 2» e «Cruise Missiles» não são simplesmente tipos modernizados de sistemas antigos, mas ao mesmo tempo representam um potencial estratégico adicional atingindo vastas zonas da União Soviética — os «Cruise Missiles» até aos Urais, enquanto que os mísseis soviéticos de médio alcance não chegam ao território dos EUA.

Do Memorandum sobre o segundo período da sessão extraordinária da UNO sobre o desarmamento, redigido por **12 antigos generais e almirantes da NATO:** «Conhecendo as relações militares, perguntamos com a maior preocupação, que ganho de segurança prometem políticos responsáveis com a instalação de mais sistemas de armas nucleares na, e contra a Europa Ocidental. Saudaremos qualquer proposta que vise a suspensão do armamento nuclear — mesmo que seja na forma de uma moratória — ... Conscientes da nossa responsabilidade humana e da nossa competência militar

temos a verificar: as armas nucleares não são aptas para concretizar fins políticos.»
Assinaram o marechal na reserva Francisco da Costa Gomes (Portugal), os generais na reserva Gert Bastian (RFA), Johan Gristie (Noruega), Michael Harbottle (Grã-Bretanha), Georgios Koumanakos (Grécia), Michiel Hermann von Meyenfeldt (Países Baixos), Antonios Papaspyrou (Grécia), Nino Pasti (Itália), Michalis Tombopoulos (Grécia) e Günter Vollmer (RFA), os almirantes na reserva John Marshall Lee (EUA) e Antoine Sanguinetti (França).

General na reserva Michiel Hermann **von Meyenfeldt**, até 1980 governador da Academia Real Militar dos Países Baixos: «Também não acredito que os «Pershing 2» e «Cruise Missiles» sejam uma resposta aos «SS-20». Se se puser em marcha um tal desenvolvimento tecnológico, serão precisos 10, 15 anos até se alcançar esse estádio. Se forem instalados agora, em 1983, aqui na Europa, isso quer dizer que a decisão foi tomada 15 anos mais cedo, e nessa altura ainda não sabíamos nada acerca dos «SS-20», nem de coisa semelhante. São processos tecnológicos autónomos; quando se diz que é uma resposta aos «SS-20» está-se a vender ao público gato por lebre. O que é certo é que isso não tem nada a ver com assunto militares nem com a realidade política.»

Também no domínio dos mísseis nucleares de médio alcance – mísseis com base na terra e no mar, bem como aviões com armas nucleares e um alcance de 1.000 e 4.500 km – existe actualmente na Europa um equilíbrio aproximado. A NATO dispõe de 986 e a URSS de 975 de tais sistemas de armas.

Os defensores do «armamento supletivo» da NATO, sentindo que lhes estão a faltar argumentos, costumam salvar-se com a afirmação de que é possível que haja paridade no campo das armas nucleares, mas que o Pacto de Varsóvia dispõe duma incomparavelmente maior quantidade de armamento convencional.

Alardeiam que a relação neste campo é mais difícil de descortinar, devido às diferentes concepções e sistemas de armamento de ambos os lados, pelo facto de os países do Pacto de Varsóvia e da NATO terem superioridade ou inferioridade em diversos domínios. Contudo, estas diferenças – como o comprovam análises objectivas também por parte de peritos militares ocidentais – acabam afinal por ser compensadas, considerado a totalidade dos meios militares. Na realidade, atrás das afirmações duma pretensa superioridade convencional do Pacto de Varsóvia, está a intenção de dar origem, a todo o custo, a uma psicose de terror através duma pretensa «ameaça do Leste».

Se os Estados do Pacto de Varsóvia estivessem em posição de superioridade, por que motivo então são eles que sempre apresentam propostas e buscam tenazmente vias de solução e lutam por acordos, em Viena, em Madrid e em Genebra, na ONU e nas relações bilaterais com outros Estados, tendo em vista atenuar a confrontação militar na Europa? E porque é precisamente a NATO a rejeitar estas propostas e a não mostrar o mínimo interesse em resultados nas negociações?

O político do SPD Helmut Schmidt, declarou acerca disso numa entrevista televisiva, em 21 de Agosto de 1981, ainda como chanceler da RFA: «A política americana trata de dar a impressão de máxima determinação em restabelecer o equilíbrio. Eu próprio não vejo que, em princípio, o equilíbrio esteja a ser perturbado.» O equilíbrio existe, é algo de concreto, é não só no papel como na realidade. A exigência relativa a «armamento supletivo» por parte da NATO visando a recuperação da paridade, não é nada mais nada menos que um pretexto para a sua aspiração à superioridade militar.

5. Trarão mais mísseis mais segurança?

A partir de fins de 1983, deverá começar a ser posta em prática a Resolução da NATO de 12 de Dezembro de 1979, de tão graves consequências, relativamente à instalação de 572 novos mísseis nucleares americanos de médio alcance na Europa Ocidental. Estão

previstos para isso cinco Estados: na RFA deverão ser instalados todos os 108 mísseis «Pershing 2» e mais 96 mísseis cruzeiro, na Grã-Bretanha 160, na Itália 112, na Bélgica e nos Países Baixos 48 mísseis cruzeiro cada.

Os preparativos para a colocação dos mísseis estão em pleno andamento. Só no ano de 1982 foram destinados 580 milhões de dólares à criação das infrastruturas para instalação dos mísseis. Na Grã-Bretanha (em Greenham Common perto de Londres e Molesworth), na RFA (mísseis cruzeiro em Bitburgo, na Renânia Palatinado e Rheinland-Pfalz, mísseis «Pershing 2» em Baden Württemberg e na Baviera) e na Itália (em Comiso) já estão a decorrer as correspondentes obras de construção. Na Grã-Bretanha, o abrigo subterrâneo da central de comandos em High Wycombe foi já em 1981 dotado do necessário equipamento de informática para os 160 mísseis cruzeiro.

Também nos Países Baixos e na Bélgica se deu início aos preparativos técnicos ou ao planeamento e à localização, não obstante os parlamentos destes países não terem tomado oficialmente qualquer resolução quanto ao estacionamento. Segundo comunicados da NATO, também não haverá qualquer adiamento na data do estacionamento, no que se refere ao desenvolvimento e testagem da técnica armamentista.

O tempo de reacção da União Soviético a um golpe nuclear com mísseis «Pershing 2» partir da Europa Ocidental diminuirá assim para 4–6 minutos (em contraste com um tempo de 30–40 minutos no caso de mísseis intercontinentais).

Se se tiver presente que os mísseis de médio alcance dos EUA foram declaradamente pensados para um primeiro golpe nuclear, a chamada «detonação de aviso» ou uma «guerra nuclear limitada» na Europa, com vista a evitar-se ou a diminuir um contra-golpe dos EUA, então é claro que os governos dos países da NATO afectados criarão, com o seu consentimento na

instalação dos mísseis americanos de médio alcance, não uma maior segurança para os seus povos, mas um risco ainda mais elevado de auto-destruição dos seus países: o risco de extermínio da civilização europeia.

Informação da agência de imprensa soviética «Novosti» (APN), de 30 de Novembro de 1982

«Como chegou ao conhecimento da APN, nos círculos militares soviéticos parte-se do facto de, actualmente, estar a surgir uma situação tal que o aparecimento dum míssel nuclear no espaço aéreo limítrofe da União Soviética exigiria forçosamente contra-acções imediatas por parte da União Soviética . . .

Considerando que os euromísseis podem alcançar em poucos minutos as fronteiras da União Soviética, então um conflito, depois de ter sido desencadeado, não poderá mais ser impedido por outra via a não ser a militar. Como o período de aviso é extremamente pequeno resta como única possibilidade um golpe de desforra nuclear. Não há qualquer outra alternativa. Aí o contra-golpe não somente se dirigiria contra as rampas de lançamento norte-americanas, mas também contra os Estados-Maiores, os centros de informação e arsenais, muitos dos quais, como se sabe, situam-se directamente em regiões densamente povoadas dos países da Europa Ocidental . . .

Os euromísseis representam acima de tudo uma ameaça norte-americana para toda a Europa. E na União Soviética reina praticamente a convicção de que o estacionamento de mísseis dos EUA nos países da NATO da Europa Ocidental aumenta imensamente o perigo já hoje mais que sério que paira sobre a população civil de todos os países europeus.

Aqueles políticos que ignoram os interesses fundamentais de segurança na Europa em favor das intenções geopolíticas da actual Administração dos EUA, assumem com isso uma grave responsabilidade pelos destinos da Europa pois os poucos minutos que dura o voo dum euromíssel serão também inevitavelmente os primeiros minutos duma catástrofe nuclear em toda a Europa e em todo o mundo.»

Refere-se frequentemente o chamado carácter duplo da Resolução de Bruxelas, afirmando-se que só essa Resolução é que teria levado a URSS e os EUA a

entrar em negociações sobre a redução dos mísseis nucleares de médio alcance na Europa.

Isso não corresponde à realidade e, em muitos aspectos, constituiu um engano para os povos. Quem lhe dê crédito está-se a iludir a si próprio.

- Desde o começo, os EUA têm interesse em instalar na Europa Ocidental os mísseis de médio alcance cujo desenvolvimento foi iniciado em 1969.
- Os EUA repeliram as múltiplas ofertas da URSS no sentido de ser discutida a redução dos mísseis de médio alcance nas negociações SALT e, aliás, muito antes da Resolução de Bruxelas ou da introdução dos «SS 20» soviéticos.
- Em preparação da Resolução de Bruxelas, os EUA tinham assentido na exigência dos Estados da NATO da Europa Ocidental quanto à ratificação do acordo SALT II. A observação desta exigência foi apresentada pelos Estados da NATO da Europa Ocidental como condição para consentirem o estacionamento dos novos mísseis dos EUA no seu território. No entanto, Washington faltou sem escrúpulos a esta promessa e não ratificou o SALT II. Porém, os Estados da NATO da Europa Ocidental não reagiram a isso com a retirada do seu apoio à Resolução de Bruxelas. Já com isso bastava para dar os EUA luz verde para a instalação dos mísseis, independentemente das negociações sobre os mísseis de médio alcance e dos seus resultados.

Richard Burt, Subsecretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos EUA, no dia 1 de Novembro de 1982: «Se não tivéssemos aceite as negociações com os Russos, teria sido impossível levar os aliados a aceitar a instalação de mísseis no seu território. O movimento anti-armas nucleares na Europa Ocidental continua a crescer e isso poderia pôr em perigo a Resolução da NATO de Dezembro de 1979 sobre a instalação de mísseis de médio alcance. Era, portanto, necessário que nos esforçássemos a sério por progressos na limitação do armamento nuclear.»

— É mais do que evidente que a Administração Reagan está interessada sòmente na instalação dos novos mísseis, ao mesmo tempo que os seus emissários em Genebra impedem que se chegue a resultados concretos nas negociações. Desse modo, passa por cima das suas promessas aos aliados europeus ocidentais da NATO de não conduzir quaisquer negociações simuladas em Genebra. Se os aliados da NATO levassem a sério a «Resolução dupla» de 12 de Dezembro de 1979, este comportamento dos EUA dar-lhes-ia o direito de testar também a sua posição em relação ao «ponto relativo ao estacionamento», isto é, de recusarem este, ou pelo menos de o suspenderem por certo período.

Assim se revelou à luz do dia a «Resolução dupla» tal qual ela sempre foi — uma clara resolução de estacionamento.

6. A «opção-zero» de Reagan é uma solução real?

A «opção-zero» proposta pelo Presidente Reagan, dos EUA, prevê que os EUA renunciariam à instalação dos «Pershing II» e «Cruise Missiles» na Europa Ocidental, caso a URSS fizesse restrições em todos os seus mísseis nucleares de médio alcance com apoio em terra.

General **Pasti,** na reserva, antigo vice-comandante supremo da NATO na Europa: «A falsa «opção-zero» de Reagan exige da União Soviética um desarmamento unilateral, mantendo, entretanto, em pé o perigo duma guerra nuclear no nosso continente.»

«The Guardian», Londres, de 18 de Novembro de 1981: A «opção zero» de Reagan soa «como uma proposta de desarmamento ciente da sua finalidade, mas os seus percursores sabem muito bem que ela não tem quaisquer perspectivas de êxito ... É como uma tentativa de tranquilizar pelo pânico a opinião pública.»

Segundo o parecer de Reagan, não se deveria levar em conta os sistemas americanos de armas nucleares

de médio alcance, já instalados na Europa, bem como os sistemas de armas nucleares da Grã-Bretanha e da França – todos estes dirigidos contra a URSS e os outros países do Pacto de Varsóvia. O sentido da chamada «opção-zero» dos EUA é muito claro. Pelo seu lado, não reduziriam uma só unidade aos seus sistemas nucleares sendo abolido o escudo de mísseis da URSS que a resguarda contra os sistemas de mísseis de médio alcance nucleares da NATO. A União Soviética deveria reduzir unilateralmente os seus sistemas, desde há muito parte integrante do equilíbrio militar de forças na Europa.

7. Quererá Washington realmente uma «redução radical» do armamento estratégico?

Esta posição visa igualmente destruir o equilíbrio de forças existente. A redução radical, que os EUA pretensamente defendem, não é nada mais que uma manipulação, sem qualquer seriedade, com as diferenças na estrutura dos vectores nucleares estratégicos da URSS e dos EUA.

À União Soviética cabem 70 por cento das ogivas de mísseis balísticos estacionados em terra: aos EUA, em contrapartida, somente 20 por cento. Os EUA têm 80 por cento das ogivas de mísseis baseados no mar e a bordo de bombardeiros estratégicos. O Presidente Reagan declarou, pois, que os EUA pretendem encarar a redução de maneira a serem, no fundo, apenas abrangidos os mísseis balísticos intercontinentais soviéticos.

Se estes planos se tornassem realidade, o potencial soviético em armas nucleares ficaria, por consequência, muito abaixo do americano. A actual relação de, aproximadamente, 1 : 1 passaria a representar uma vantagem a favor dos EUA de 2 : 1. E aí ainda não são tomados em consideração os milhares de mísseis cruzeiro com base no mar e em terra, que os EUA

querem instalar adicionalmente nos próximos anos. A pretensa «redução radical» revela-se então como redução para um só lado, no caso para a Unjão Soviética. A União Soviética apresentou propostas concretas, levando em conta a paridade existente, que conduziriam a uma redução equilibrada dos efectivos de armas nucleares da União Soviética e dos EUA, dentro do princípio da igualdade e de igual segurança.

Em geral, todas as propostas dos Estados socialistas não exigem da parte ocidental nada que eles próprios não estejam dispostos a fazer.

A táctica dos EUA e dos seus aliados da NATO, pelo contrário, tem em mira conforme é apresentado pela revista ilustrada da RFA «Stern», de 22-10-1981 o seguinte: «Primeira regra: Há que descobrir um adiantamento soviético nas armas e lançar o alarme a toda a altura.

Segunda regra: O medo dos vermelhos terá de ser traduzido el programas de armamento supletivo que têm o seu peso em dólares.

Terceira regra: Se se verificar que não existiu, como se pensava, um adiantamento dos soviéticos, há que castigar os críticos do rearmamento ocidental chamando-hes «neutrais» ou mesmo «pacifistas».»

Assim aconteceu também com o míssel «MX» dos EUA. Neste contexto, o **Ministro da Defesa da URSS, Ustinov,** declarou em 6 de Dezembro de 1982: «Se a actual Administração na Casa Branca nos desafia, contrariamente ao todo bom-senso e à vontade de paz dos povos, e começa com o estacionamento dos mísseis «MX», a reacção da União Soviética será estacionar um novo míssel balístico intercontinental do mesmo tipo que não fique de maneira nenhuma atrás do míssel «MX». A URSS saberá, se necessário reagir a tempo e eficazmente também a outras ameaças de Washington.»

---

8. Oual a posição da União Soviética sobre os mísseis de médio alcance na Europa?

Como Leonid Brejnev declarou, a URSS sustenta que o Leste e o Oeste cheguem a um acordo para prescindir de todos os tipos de mísseis nucleares de médio alcance dirigidos para alvos na Europa. A URSS é a favor de «que a Europa fique finalmente liberta de armas nucleares de todos os tipos, sejam armas de médio alcance, sejam armas tácticas. Isso seria uma autêntica «opção-zero», uma solução justa para todas as partes.»

Para alcançar um acordo justo sobre uma incisiva redução das armas nucleares de ambas as partes na Europa, a União Soviética promulgou em Março de 1982 uma moratória unilateral sobre a instalação de mísseis de médio alcance na parte europeia da URSS. As armas deste tipo já instaladas aqui foram quantitativa e qualitativamente congeladas e a substituição dos antigos mísseis, conhecidos como «SS 4» e «SS 5», pelos mais modernos «SS 20» foi suspensa.

Esta moratória será válida até que se chegue a um acordo com os Estados Unidos na base da igualdade e da segurança igual, sobre a redução de mísseis de médio alcance na Europa ou até à altura em que a Administração de Reagan, desrespeitando a segurança dos povos, passar na prática aos preparativos da instalação de mísseis «Pershing 2» e de mísseis cruzeiro.

A União Soviética tinha já antes declarado que estaria disposta, numa moratória acordada bilateralmente, a reduzir unilateralmente o número das suas armas nucleares na Europa, com vista a uma redução a acordar no futuro. Para se obter resultados positivos nas negociações de Genebra sobre o armamento nuclear na Europa, a União Soviética complementou aquela proposta e decidiu, caso a situação internacional não se agudizar mais, a partir do ano de 1982, diminuir por iniciativa própria um certo número dos seus mísseis de médio alcance.

A propaganda da NATO também encontrou aqui um «argumento» para encapotar a falta de disposição para aceitar a proposta soviética. Afirma que as mencionadas medidas não impediriam que fossem estacionadas futuramente mísseis nucleares de médio alcance soviéticos numa tal posição geográfica que poderiam atingir os países europeus ocidentais mesmo que estivessem instalados para lá dos Montes Urais. Leonid Brejnev retorquiu a isso, em 18 de Maio de 1982: «Posso dizer com toda a certeza: não serão instalados mais mísseis de médio alcance em sítios a partir dos quais seja atingida a RFA ou outros países da Europa Ocidental.»

O programa soviético para redução dos mísseis de médio alcance prevê, em suma:

- Redução unilateral de armas de médio alcance na parte europeia da União Soviética
- Proposta de congelamento dos potênciais de médio alcance de ambos os lados até se chegar a um acordo de redução
- Proposta duma redução gradual das armas de médio alcance na Europa de ambos os lados para 600 (1985) ou 300 (1990)
- Proposta duma renúncia total a todos os tipos de armas nucleares de médio alcance que visem alvos na Europa.

9. Negociações sinceras ou chantagem?

A União Soviética exige, visando a minoração do perigo de guerra, que o problema prioritário da limitação e dos cortes no armamento durante as negociações «não seja de maneira nenhuma conectado com outros problemas seja qual for a sua importância». (L. I. Brejnev)

A Administração dos EUA, no entanto, declarou que não pode considerar as negociaciões e a ratificação de acordos sobre o controle dos armamentos desligadas «da conduta e das actividades da União Soviética

mesmo que estas não tenham relação alguma com a limitação dos armamentos». A isto chamam o Presidente dos EUA e outros políticos responsáveis dos EUA «linkage» que significa de facto relacionar negociações sobre a limitação e a redução nos armamentos com pré-condições impossíveis de ser aceites pela outra parte. Sendo assim, não se deveria chegar nem a negociações nem a resultados nas mesmas.

Eugene Rostow, *mandatário para o desarmamento do governo de Reagan: «Deveríamos resolver-nos a ir em frente com nosso programa de armamentos, sejam quais forem as notícias chegadas da mesa de negociações, tanto favoráveis como desfavoráveis.»*

(«Amerika-Dienst», Bona, de 1 de Junho de 1982)

Sob a pressão da opinião pública, especialmente do crescente movimento pela paz, os EUA tiveram de sentar-se à mesa de negociações em Genebra. Mas no fundo, o que fizeram até agora foi sómente passar da táctica de impedirem negociações à táctica do bloqueio dos resultados.

Washington pretende assim, conduzir as negociações de maneira a não pôr em perigo à realização dos colossais programas de armamento dos Estados Unidos.

As chamadas propostas de paz e de desarmamento dos EUA têm uma única finalidade: encapotar a realização incondicional dos seus programas de armamentos no sentido de tranquilizar a opinião pública internacional, a população do país e os movimentos pela paz.

As negociações de desarmamento, a decorrer a diferentes níveis, não avançam porque os parceiros ocidentais, particularmente os EUA, não mostram vontade em aceitar o único princípio possível — da igualdade e da igual segurança. Mas o facto é que somente a aplicação estrita deste princípio trará resultados.

10. Que significa «bom comportamento», quem ameaça quem?

Além da mentira dum pretenso «super-armamento» da União Soviética, os «falcões» de Washington e da NATO vão ao máximo de afirmar que a «força» militar e a «superioridade» seriam necessárias para contrariar um pretenso expansionismo, uma «exportação da revolução» pela União Soviética e os outros países socialistas, para obrigá-los a «portarem-se bem».

O que seria se a União Soviética e os outros Estados socialistas fizessem o mesmo — que fizessem depender as negociações com os EUA, com os países da NATO do bom comportamento destes ou da transformação das relações nos países capitalistas? O que seria se a União Soviética e os seus aliados não repondesssem ao rumo aventureiro e provocador da confrontação e do armamento das forças mais agressivas da NATO com a sua política de bom-senso e realismo? Sem sombra de dúvida que a humanidade já teria resvalado há muito para um holocausto atómico. É no interesse da humanidade que os Estados socialistas não admitem desvios no seu consequente rumo de paz.

E mais. A chamada questão do Afeganistão e da Polónia deverão servir para tornar crível a afirmação dum pretenso expansionismo da União Soviética e dos outros países socialistas e para apoiar a afamada missão de «defesa da democracia» de que se arrogam os EUA.

Independentemente da posição que se tome em relação ao apoio completamente legítimo do ponto de vista do Direito Internacional, da União Soviética à República Democrática do Afeganistão, que se encontra em guerra não declarada incrementada pelos EUA com imensos meios financeiros e militares, esse apoio da União Soviética não ameaça, de modo algum, os interesses de segurança dos vizinhos do Afeganistão ou a paz e a segurança da Ásia, para já não falar dos verdadeiros interesses de segurança nacionais dos

EUA. É da mesma forma claro que não foi a imposição do estado de emergência militar na República Popular da Polónia que «sobrecarrega» a situação no continente europeu, como a NATO afirma. Pelo contrário, a ingerência permanente da NATO nos assuntos internos deste Estado socialista soberano, representa de facto uma sobrecarga para o desanuviamento, a paz e a segurança na Europa. Finalmente, as medidas de Dezembro de 1981 evitaram o caos duma guerra civil e criaram pressupostos para a normalização e a estabilização da vida na Polónia. Frustraram, além disso, os planos daquelas forças imperialistas que, em colaboração com as forças contra-revolucionárias internas, intervieram no sentido de minar o socialismo na Polónia, de destabilizar o poder popular e de irromper na comunidade socialista destruindo o Pacto de Varsóvia – não o tendo aliás, deixado de fazer. Mas é precisamente esta política de corrosão e de desestabilização que abala as bases da segurança e da paz na Europa, as quais se foram criando após a Segunda Guerra Mundial.

No que respeita ao chamado expansionismo soviético, Washington tenta fazer crer que Moscovo mete a mão em todos os desenvolvimentos que não lhe agradem, imputando-lhe um pretenso «terrorismo internacional». Mas, na realidade, as coisas passam-se doutro modo. Os novos Estados nacionais, as forças democráticas que lutam contra os regimes reaccionários mantidos pelos EUA, é que não querem submeter-se aos compromissos impostos pelos EUA.

São os círculos mais agressivos dos EUA que, por meio da confrontação e dos mísseis nucleares cada vez mais modernos, das armas químicas e até cósmicas, querem fazer chantagem sobre a humanidade, para submeterem de novo todo o planeta à omnipotência do capital.

Precisamente nisso reside o sentido da sua política anunciada como «cruzada» contra o socialismo.

Estes objectivos são hoje, decerto, mais anacrónicos

e improváveis que nunca. Os países da coligação militar socialista farão o que for necessário para impedir estes planos megalómanos e para manter o equilíbrio militar. Mas os erros nos cálculos do imperialismo representam – como tem ensinado a História – sempre um perigo para toda a Humanidade. E tais erros de cálculo tornam hoje em dia mais iminente o perigo dum holocausto nuclear. E o pior é que grandes parcelas da Humanidade deixariam de existir, se o estrato dominante nos EUA só viesse reconhecer nos abrigos atómicos que é impossível sair-se vencedor duma terceira guerra mundial, sendo então essa conclusão demasiado tardia também para eles.

11. Será que as duas «super-potências» têm igual responsabilidade pela corrida aos armamentos?

As tentativas de responzabilizar tanto a União Soviética como os Estados Unidos pelo agravamento da situação internacional, pela corrida aos armamentos e o perigo de guerra, ocultam conscientemente a verdade: nomeadamente o facto evidente de que na política mundial estão totalmente opostas a linha do socialismo e a linha dos círculos militares dos EUA e da NATO. Estas tentativas de equiparação confundem – com ou sem intenção – as forças de paz e favorecem as forças inimigas da paz.

A URSS e os EUA têm apenas uma coisa em comum – ambos dispõem de uma grande potencialidade militar e económica. Nos outros aspectos, pela sua abordagem diferente das questões relativas à existência da humanidade – especialmente ao problema paz ou guerra – são, desde logo, nas suas bases e objectivos sociais, totalmente opostas.

Na União Soviética e nos outros países socialistas não há nenhuma classe, nenhum agrupamento de pessoas que extraia lucro da corrida aos armamentos.

O socialismo, segundo a sua natureza e os seus objectivos, identifica-se com a preservação e defesa da paz. Toda a experiência desde a fundação da União Soviética comprova que o socialismo necessita da paz, assim como a cria e fortalece. Desde o Decreto de Paz de Lénine, de Outubre de 1917, que continha o apelo solene do primeiro governo soviético para o estabelecimento imediato de uma paz justa e democrática, quase todos os impulsos para o desarmamento e a coexistência pacífica partiram, sempre de novo, na história deste Século, da União Soviética, e, como acontece depois da Segunda Guerra Mundial, desta em conjunto com os países seus aliados.

A história comprova irrefutavelmente que a URSS nunca se armou em primeiro lugar, nem antes, nem depois de Segunda Guerra Mundial. Todos os sistemas novos de armas, especialmente as armas nucleares, foram produzidos primeiro pelo imperialismo. Os Estados Unidos podem reclamar para si triste «fama» de ter utilizado bombas atómicas contra a humanidade.

«Observer», Londres ,21 de Março de 1982:
«Por muito diferentes que sejam as opiniões do ocidente sobre a União Soviética, não aproveita a ninguém responsabilizarem-se os russos pelas crises políticas causadas pelo próprio ocidente, ou fazer que as suspeitas contra Moscovo impeçam o ocidente de tomar iniciativas justificadas e muito importantes . . .
O que é preocupante na atitude de Thatcher e Reagan é o facto de os fortes motivos que levam a União Soviética a falar muito a sério do desarmamento, não serem reconhecidos. O russos já deram a perceber nas conversações SALT, nos anos setenta, que compreendiam a necessidade de manter sob controlo a corrida aos armamentos entré as super-potências.»

Sistemas de armas	Ano de sua introdução EUA	URSS
Bomba atómica	1946	1950
Bombardeiros de longa distância	1953	1957
Mísseis de médio alcance	1955	1959
Mísseis intercontinentais (ICBM)	1955	1957
Submarinos nucleares	1956	1962
Mísseis submarinos, lançados na água (SLBM)	1959	1968
Mísseis com ogivas múltiplas	1964	1972
Mísseis cruzeiros da nova geração («Cruise missile»)	1983	—

(Serviço de imprensa do SPD, Bona, 24 de Setembro de 1981)

Alguns partidários da teoria da igual responsabilidade das duas super-potências apontam para o desenvolvimento da força defensiva da URSS e do Pacto de Varsóvia. Um olhar para a história prova a necessidade da criação desta força: apoiados no monopólio nuclear e mais tarde na supremacia nuclear, os EUA e outros Estados ocidentais faltaram, depois de 1945, aos acordos fundamentais da coligação antihitleriana — os Acordos de Potsdam — e encenaram a guerra fria com o objectivo do «roll-back» do socialismo.

Segundo as palavras do antigo ministro americano dos negócios estrangeiros John Foster Dulles, esteve-se nessa altura à beira da guerra — fizeram-se as guerras quentes na Coreia e no Vietname, assaltaram-se a Guatemala e a República Dominicana. Então, o povo soviético, a fim de banir o perigo iminente de um incêndio nuclear e garantir a sua segurança, estabelecendo um equilíbrio militar aproximado, quebrou para sempre o monopólio nuclear e a supremacia nuclear dos EUA, mercê de grandes esforços e imensos sacrifícios.

Eis uma das razões principais por que a Europa vive o período mais prolongado de paz neste Século. Se não houvesse esta força defensiva da URSS e de todo o Pacto de Varsóvia, o imperialismo *já* teria lançado há muito a humanidade para uma terceira guerra mun-

dial nuclear. Há quem procure a causa principal do perigo de guerra e da corrida aos armamentos na existência e rivalidade dos «blocos». Convém lembrar que foram e continuam a ser os países socialistas quem propõe a dissolução simultânea da NATO e do Pacto de Varsóvia — e como primeiro passo para este efeito a dissolução das organizações militares de ambas as alianças. Convém lembrar também que é a NATO quem sempre se tem oposto a estas propostas. É também por esta razão que a NATO e o Pacto de Varsóvia não podem ser equiparados, a responsabilidade não pode ser distribuída igualmente para os dois lados — não falando do carácter totalmente diferente da política das duas coligações militares.

Na situação actual já seria uma contribuição para reduzir as tensões e banir o perigo de guerra que os organismos dirigentes da NATO e do Pacto de Varsóvia, como propôs a URSS, se sentissem obrigados a não estenderem o âmbito de acção destas alianças à Ásia, África e América Latina. Os esforços de círculos dirigentes de Washington no sentido de estender o âmbito de acção da NATO, violando o próprio Pacto, especialmente ao Próximo e Médio Oriente, preocupa cada vez mais os povos e governos daquela região.

A política dos EUA visa portanto, também neste sentido, a modificação do equilíbrio militar aproximado e a supremacia militar. A URSS, em contrapartida, visa a dissolução dos blocos militares e o desarmamento generalizado e completo. Como medida suplementar, a URSS propôs a redução do potencial militar de ambas partes segundo o princípio da igualdade e da segurança igual, a proibição das armas de neutrões, das armas químicas e de todos es ensaios com armas nucleares.

12. Será que as zonas desnuclearizadas são uma solução?

É sabido que os países socialistas tinham proposto já nos anos 50 a criação de zonas desnuclearizadas para impedir a proliferação de armas nucleares. As potências ocidentais, especialmente os EUA tomaram uma posição negativa acerca desta proposta, colocando condicionalismos inaceitáveis.

A RDA, em concordância com os outros Estados do Pacto de Varsóvia, luta pela libertação do nosso continente de todas as armas atómicas.

É evidente que as possibilidades de realização de zonas desnuclearizadas são neste momento diferentes. Parece que na Europa do Norte existem condições mais favoráveis para uma zona desnuclearizada, porque lá ainda não há armas nucleares; certamente, seria favorável à paz fixar este estado de desnuclearização da Europa do Norte também no Direito Internacional. Como se sabe, a União Soviética exprimiu a sua disposição de discutir, no contexto da criação de uma zona desnuclearizada na Europa do Norte, algumas medidas para serem efectivadas em território soviético.

Na Europa Central é de levar em conta que a RFA já hoje em dia é o Estado mais densamente dotado de armas nucleares. Este potencial de armas nucleares deve ser alargado consideravelmente, segundo a decisão da NATO tomada em Bruxelas sobre os mísseis.

Seja como for: enquanto forem só os países socialistas e determinadas forças de paz do ocidente a apoiarem uma zona des nuclearizada e a NATO recusar literalmente essa ideia — lembra-se a rejeição duma proposta a esse respeito da comissão Palme pelo Departamento do Estado — não existem ainda condições para a sua realização. Alcançar este importante progresso dependerá também luta das forças amantes de paz.

13. Qual a relação entre o Estado e o movimento da paz na RDA?

Na República Democrática Alemã socialista, a política de paz do Estado e a aspiração pela paz dos seus cidadãos formam uma firme unidade. Paz e socialismo fazem jogo, são verso e reverso da mesma medalha. Em condições socialistas, a doutrina de Estado e a política de Estado coincidem plenamente com os objectivos do movimento da paz.

A RDA, segundo o seu regime social, os seus ideais, a sua Constituição e a sua história de mais de trinta anos, é o primeiro Estado de paz em solo alemão. Os seus cidadãos são educados desde pequenos no espírito do amor pela paz, da amizade entre os povos, da rejeição do neocolonialismo, racismo, fascismo e militarismo.

Todos os partidos e organizações de massas, todas as forças sociais da RDA tornaram a preservação da paz seu programa político. No Conselho da Paz da RDA trabalham juntos comunistas e cristãos, operários, camponeses das cooperativas, artesãos, comerciantes e intelectuais.

Aos inimigos do desanuviamento e defensores do superarmamento da NATO não agrada este estado de coisas. Por isso, apelam para criação de um «movimento independente de paz» — com o evidente intuito de estorvar os esforços comuns do governo e do povo e assim estabelecer uma espécie de «oposição política vestida de paz».

O movimento da paz na RDA adquiriu grande reconhecimento no país e também à escala internacioal, graças à sua actuação activa e construtiva.

13 milhões de cidadãos da RDA, de mais de 14 anos, assinaram em 1979 uma declaração em favor da paz, contra a instalação de novas armas nucleares na Europa, pelo desarmamento e desanuviamento.

Quem não conhecia ou não queria conhecer até agora o movimento da paz da RDA, pôde tomar conhecimento do valor das suas actividades especialmente nos últimos tempos. Basta mencionar as poderosas manifestações de 1 de Maio e 1 de Setembro, em que milhões de cidadãos da cidade e do campo desfilaram contra o armamentismo ameaçador da NATO.

O Conselho da Paz da RDA recebeu mais que 36.000 resoluções com mais de 1,9 milhões de assinaturas de todas as camadas da população, nas quais se protestou contra a decisão de Bruxelas sobre os mísseis e contra a produção da bomba de neutrões.

Médicos e cientistas lançam apelos. Escritores dedicam as suas sessões de leitura aos elevados ideais da paz. Em muitas paróquias realizam-se missas de paz. Há festivais de música rock e canções pela paz. Antifascistas falam para alunos sobre a sua resistência contra a ditadura de Hitler.

Uma expressão grandiosa e emocionante do apoio à paz e ao socialismo, foi o Festival Nacional da Juventude durante a Festa de Pentecostes, com a participação de mais que 4 milhões de jovens, Festival que encontrou eco e repercussão para além das fronteiras da RDA.

Há, portanto, as formas mais variadas para os cidadãos da RDA reafirmarem, de maneira convincente, a sua decisão de defender a paz. Nisso se incluem sobretudo bons resultados no trabalho para o cumprimento das tarefas económicas, resultados exemplares na investigação, ensino superior e profissional, e, não menormente, a defesa armada da paz.

Domina uma convicção: a de que a contribuição mais importante que cada cidadão do nosso país pode dar para a defesa da paz mundial é o reforço do Estado socialista alemão de paz, do qual jamais partirão de novo guerra e extermínio para outros povos.

Na primeira Comunicação do antigo Primeiro-Ministro Otto Grotewohl em Outubro de 1949, dizia-se: «O governo alemão está resolvido a estabelecer relações pacíficas e amigáveis com todos os Estados que por sua vez estão dispostos a viver em paz e amizade

com a Alemanha e que reconhecem os nossos interesses nacionais . . . Este governo alemão é um governo dos operários, da democracia e da paz». Esse era o programa da RDA e continua a sê-lo também no futuro!

Em 23 de Abril de 1982, os delegados ao 10º Congresso da FDGB em Berlim votaram numa Declaração, na qual se disse, entre outras coisas: «O 10º Congresso da Confederação dos Sindicatos Livres Alemães manifesta, em nome dos nove milhões de sindicalizados da República Democrática Alemã o seu ponto de vista: Nada há mais importante do que a paz! Ela é o bem mais valioso da humanidade! No grande movimento pela paz, pelo desarmamento e pela coexistência pacífica, estendemos a mão a todos os sindicatos, seja qual for a sua orientação ou filiação em organizações internacionais, para lutarmos juntos pelo futuro feliz da humanidade.»

No seu discurso no 10.º Congresso Sindical em Berlim, Erich Honecker, secretário-geral do Comité Central do PSUA e Presidente do Conselho do Estado da RDA, afirmou: «Há, no nosso país, quem viveu a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, não foram poucos que conheceram a Segunda Guerra Mundial com todos os seus horrores e infâmias. As experiências que eles tiveram, a desgraça das guerras, temos que poupá-las às gerações actual e vindoura. É este o nosso dever perante os nossos filhos. A Terceira Guerra Mundial, como é preparado pelo Pentágono e outros Estados-Maiores da NATO, não deve concretizar-se.»

A legislação da RDA, em conformidade com isso, pune a incitação à guerra e consagra na Constituição a luta pelo desarmamento. O artigo 6.1. da Constituição reza assim: A RDA «exerce uma política externa tendo por objectivos o socialismo e a paz, o entendimento entre os povos e a segurança.»

A RDA, juntamente com os outros Estados da comunidade socialista, contribuiu de maneira construtiva para que a Europa vivesse o período mais prolongado

de paz deste Século. Como membro da Organização do Pacto de Varsóvia, participa activamente nas inúmeras propostas desta coligação para o desanuviamento, desarmamento e cooperação internacional.

Os princípios da coexistência pacífica constituem o elemento principal da política externa da RDA. Desde a Conferência de Helsínquia que concluiu mais que 200 contratos e acordos com Estados capitalistas que abrangem quase todos os sectores das relações respectivas.

Também na sua relação com a RFA, a RDA dedicou especial atenção à preservação da paz, especialmente às questões que servem a salvaguarda contra uma guerra nuclear.

14. Será que os povos podem criar a paz?

As guerras não são factos da Natureza – são feitas pelos homens! Podem ser, portanto, impedidas pelos homens! Desde há quase 40 anos que se conserva a paz mundial, apesar da política aventureira das forças imperialistas agressivas. Eis uma prova da força da luta das massas populares que se têm podido sempre apoiar nos países socialistas.

O movimento internacional da paz impediu nos anos 50 o armamento nuclear do exército da República Federal da Alemanha. Um movimento de milhões impôs a cessação dos testes com armas nucleares na terra, no mar e no ar. O protesto mundial de milhões forçou os EUA a não utilizar armas atómicas na sua suja guerra contra a Coreia. O poderoso movimento internacional de solidariedade ajudou consideravelmente na conquista da paz para o Vietname.

O movimento internacional da paz conduziu a que o antigo presidente dos Estados Unidos Carter fosse obrigado a deter a construção da arma de neutrões. É um êxito que se deve aos fortes movimentos populares nos Países Baixos e na Bélgica o facto de os gover-

nos destes países terem adiado a decisão sobre a instalação de novos mísseis nucleares americanos no seu território.

Também a administração de Reagan, que visa uma política de força, é repudiada no próprio país por um movimento cada vez mais forte de protesto, sendo portanto forçada a recorrer a manobras. Nos últimos anos, realizaram-se nos Estados da NATO as mais poderosas acções de massas de sempre do movimento da paz, no que constitui um verdadeiro avanço dos povos contra o armamentismo nuclear da NATO. Estas acções comprovam que a luta dos povos pela paz, pelo desarmamento e pela segurança se tornou mais intensa e decidida.

Todavia, as forças agressivas continuam a sua política nefasta. Continuam como antes o armamentismo nuclear e todos os outros programas de armamento, continua válida como antes a doutrina da NATO do primeiro golpe nuclear, continua sem diminuir a ambição da supremacia militar. Perante estes factos, são precisos novos esforços dos movimentos da paz.

Os participantes do comício da paz em Junho de 1982 em Bona (RFA) declararam num apelo: «O nosso protesto deve converter-se em resistência . . . ergamo-nos amanhã com grande imaginação, com perseverança, com o nosso amor pela vida e continuemos o nosso caminho.»

Conquistaram-se êxitos pela paz porque milhões de homens, ultrapassando diferenças ideológicas e políticas, se encontraram na acção comum.

Futuros sucessos podem ser adquiridos se a frente das forças de paz, que pode confiar firme e inquebrantávelmente na política de paz e no poder dos países socialistas, continuar a crescer, actuando mais denodadamente pelos seus objectivos: Paz em vez de guerra, desarmamento em vez de armamento, desanuviamento em vez de confrontação!